

LEITURA DAS CIDADES BRASILEIRAS: SEGREGAÇÃO E ESPOLIAÇÃO URBANAS

SANTOS, Matheus Henrique de Souza¹.¹ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2873-4658>Autor para correspondência e-mail: mhsouzasantos@gmail.com**Palavras-chave**Segregação urbana
Espoliação urbana
Cidades
Estado
Urbanização**Keywords**Urban segregation
Urban spraying
Cities; State
Urbanization**Palabras clave**Segregación urbana
Espoliación urbana
Ciudades
Estado
Urbanización**RESUMO**

As cidades são o principal espaço de reprodução da humanidade na contemporaneidade, sendo também o espaço das conquistas, ou não, de seus sonhos e objetivos. Porém, o modelo de urbanização adotado pelas cidades capitalistas, inclusive no Brasil, não vem ao encontro de atender as demandas de sua sociedade, mas sim de propiciar a produção de excedente e acumulação de capital retroalimentando o próprio sistema. Harvey (2011) vai propor uma análise do desenvolvimento do capitalismo a partir das relações de sete esferas de atividades, podendo ser identificadas nas teorias de segregação urbana, de Flávio Villaça (2011) e de espoliação urbana, de Lúcio Kowarick (1979) acerca do contexto urbano no Brasil. O resultado é uma leitura analítica sobre as origens das desigualdades produzidas no espaço urbano no Brasil, identificando o papel do Estado em legitimar e garantir o desenvolvimento do capitalismo em detrimento de sanar as demandas sociais.

ABSTRACT**READING OF BRASILIAN CITIES: URBAN SEGREGATION AND SPRAWL**

Cities are the main space of reproduction of humanity in the contemporary world, being also the space of the conquests, or not, of their dreams and objectives. However, the model of urbanization adopted by capitalist cities, including in Brazil, does not meet the demands of its society, but rather provides the production of surplus and accumulation of capital by feeding the system itself. Harvey (2011) will propose an analysis of the development of capitalism from the relations of seven spheres of activity, and can be identified in the theories of urban segregation by Flávio Villaça (2011) and urban sprawl by Lúcio Kowarick (1979) on urban context in Brazil. The result is an analytical reading of the origins of the inequalities produced in the urban space in Brazil, identifying the role of the State in legitimizing and guaranteeing the development of capitalism in detriment of social demands.

RESUMEN**LECTURA DE LAS CIUDADES BRASILEÑAS: SEGREGACIÓN Y ESPOLIACIÓN URBANAS**

Las ciudades son el principal espacio de reproducción de la humanidad en la contemporaneidad, siendo también el espacio de las conquistas, o no, de sus sueños y objetivos. Sin embargo, el modelo de urbanización adoptado por las ciudades capitalistas, incluso en Brasil, no viene al encuentro de atender las demandas de su sociedad, sino de propiciar la producción de excedente y acumulación de capital retroalimentando el propio sistema. Harvey (2011) va a proponer un análisis del desarrollo del capitalismo a partir de las relaciones de siete esferas de actividades, pudiendo ser identificadas en las teorías de segregación urbana, de Flávio Villaça (2011) y de espoliación urbana, de Lúcio Kowarick (1979) el contexto urbano en Brasil. El resultado es una lectura analítica sobre los orígenes de las desigualdades producidas en el espacio urbano en Brasil, identificando el papel del Estado en legitimar y garantizar el desarrollo del capitalismo en detrimento de sanar las demandas sociales.

INTRODUÇÃO

este artigo vamos construir uma leitura das cidades brasileiras contemporâneas a partir das teorias desenvolvidas por Lúcio Kowarick, espoliação urbana e de Flávio Villaça, segregação urbana, compreendendo que a produção do espaço urbano está intrinsecamente ligada à lógica capitalista de acumulação e criação de excedente de capital que David Harvey (2011) apontará sobre sua reflexão acerca das sete esferas de atividades.

As cidades hoje são a maior intervenção da humanidade no meio que habitam, em sua história na busca da transformação do mundo aos padrões que lhe é conveniente. E é nesse mundo que de agora em diante está condenada a viver (PARK, 1967 apud HARVEY, 2013 p. 27). Isto é, a cidade é o espaço de reprodução da humanidade, porém, para Maricato (2013, p. 20), “as cidades atualmente não oferecem o suporte necessário para que as pessoas possam alcançar seus objetivos”.

No Brasil, o modelo de cidade com o qual lidamos se desenvolveu a partir de intensos conflitos sociais gerados por desigualdades de toda a ordem. Essas desigualdades são consequências de uma intensa industrialização, do final do século XX, que obrigou uma urbanização dos municípios com um insuficiente planejamento, apenas no intuito de atender as demandas do capitalismo que se implantava e resultando na não garantia de questões básicas para a subsistência das pessoas. Kowarick (1979) nos dirá que a expansão econômica brasileira deve ser caracterizada como um processo dilapidador, pois vai desdobrar-se sobre a depredação de parte da mão-de-obra, bem como o aumento da mortalidade infantil, da jornada de trabalho e do desemprego, unificado ao aumento do tempo de locomoção gastos por aqueles que utilizam o transporte coletivo. Esse modelo de industrialização foi financiado pelo regime autoritário da época, o militar (1964 – 1985), através da suspensão de direitos políticos e com o controle da sociedade por meio do medo e da violência, concebendo os privilégios necessários aos poucos que dominavam o setor privado, gerando diversos conflitos.

As grandes manifestações e atos criados, durante o regime militar, pelos movimentos e organizações sociais que buscavam a redemocratização do país e direitos trabalhistas se unem, pontualmente, aos dos cidadãos que se rebelavam por melhorias dos serviços e aparelhos públicos. Esta união, segundo Kowarick (2000), populariza as pautas proporcionando o fortalecimento desses movimentos junto aos trabalhadores e suas famílias. Esse encontro de intensa industrialização, urbanização acelerada e busca de direitos democráticos e trabalhistas demarcaram não só o fim do regime autoritário, mas também o início da Nova República.

Com a Constituição Federal de 1988, redemocratizando o Estado brasileiro e reorganizando o arcabouço dos direitos civis, políticos e sociais, as questões urbanas também foram inseridas no texto constitucional. Construí-se “um novo quadro jurídico e institucional ligado à cidade” (MARICATO, 2013, p.22), baseado na participação social nos processos decisórios. Posteriormente, a instauração da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, junto ao Plano Diretor se configuram nos ferramentais institucionais para tratar as questões do modelo de urbanização e sua reprodução no Brasil. Porém, a simples criação de instrumentos estatais, por si só, não resulta na democratização do processo decisório. Apontará Kowarick (1979) que um dos fatores que possibilita que o capital formule as cidades como bem conhecemos é, exatamente, o fato que o Estado opera para minimizar a intervenção política da sociedade civil organizada, consolidando a ideia de que a sociedade brasileira é harmoniosa e rejeita conflitos, somado ao enfraquecimento desses instrumentos normativos e políticos de debate sobre as cidades.

Por isso, para compreendermos todo esse processo histórico e social, de construção e reprodução da e na cidade, devemos nos ater ao papel protagonista do sistema econômico-social hegemônico no mundo nos últimos três séculos, o sistema capitalista. Para além da compreensão do funcionamento do capitalismo, é preciso que se construa a sua relação com o modelo de urbanização predominante no mundo e no Brasil, em que o capital enxerga a produção das cidades como um meio de se reproduzir.

Para alcançarmos essa reflexão vamos utilizar a teoria analítica proposta por Harvey (2011, 101) que concebe que “[...] o capital se movimenta em busca de lucro por meio de diferentes ‘esferas de atividades’ [...]” e suas crises, conflitos sociais, e evolução, são oriundas do desequilíbrio e diálogos que se criam entre essas esferas. As esferas são denominadas por: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie; e concepções mentais do mundo. Identificará também que a evolução do capitalismo é cheia de paradoxos e que nenhuma dessas esferas é dominante ou independente da outra (HARVEY, 2011).

Portanto, só se consegue fazer uma leitura das características de algumas dimensões das cidades brasileiras

¹Bacharel em Administração Pública. Mestre em Ciências Sociais;Doutorando em Política Científica e Tecnológica no Instituto de Geociências da Universidade de Campinas, UNICAMP.

se somarmos as reflexões propostas por Villaça (2011) e Kowarick (1979) em torno da segregação e espoliação urbana, respectivamente, ao que foi proposto por Harvey (2011) acerca das esferas de atividades. Villaça (2011), negando a forma clássica de segregação – ricos/centro versus pobres/periferia – elabora sua teoria sobre segregação urbana, apontando que só poderá ser compreendida se a relacionarmos explicitamente com a desigualdade, sendo esta produzida pela movimentação do capital através das esferas de atividade de Harvey. Para Kowarick (1979; 2000), precisamos compreender o fenômeno urbano, espoliação, ligando com a pobreza resultante da acumulação de lucro pelo capital, onde também vai defender que o capitalismo deve ser visto como um processo contraditório. Portanto, o diálogo proposto a partir desses referenciais vai percorrer sobre a lógica de construção e expansão das cidades e sua relação com a necessidade do capital em mercantilizar as demandas mais básicas da sociedade urbana.

Para tanto, na seção “O capital na formação das cidades” vamos apresentar a teoria de Harvey (2011) acerca das sete esferas de atividades no dinamismo do capital. Na sessão seguinte, “A segregação urbana de Flávio Villaça”, vamos adentrar a proposta de Villaça (2011) sobre a segregação urbana, como um fenômeno que caracteriza a construção do espaço urbano, bem como suas benfeitorias e aparelhos públicos. A quarta sessão “A espoliação urbana de Lúcio Kowarick”, vamos nos aprofundar sobre a elaboração de variáveis que exploram e espoliam os trabalhadores nas cidades nas suas atividades cotidianas. Por fim, nossa conclusão vai buscar estabelecer conexão com o que foi elaborado por Harvey (2011), quanto a reprodução e acumulação de capital, às teorias de segregação e espoliação urbanas criadas por Villaça e Kowarick, respectivamente, para assim termos uma metodologia de leitura sobre as cidades brasileiras contemporâneas.

O CAPITAL NA FORMAÇÃO DAS CIDADES

O fato que se impõe a nossa análise é que o lugar e o papel que as cidades assumiram desde o fim do século XX, no Brasil e no mundo ocidental, foram configurados a partir da “adoção das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade”, ou seja, a cidade passa a ser regida “por necessidades mais gerais de acumulação e circulação do capital” (VAINER, 2013, p.37). Mas, primeiramente precisamos compreender em que momento o capital enxerga na modulação das cidades uma maneira de produzir e acumular excedente de capital.

Para Harvey (2011) o processo evolutivo do capitalismo, inegavelmente, é paradoxal e acontece em um ritmo imprevisível e incontrolável, não podendo ser compreendido como algo linear. O autor desenvolverá essa reflexão, sobre as chamadas sete esferas de atividades que, incorporadas em um conjunto de arranjos institucionais e estruturas administrativas, evoluem por conta própria e de maneira interconectada, não sendo nenhuma dominante ou independente da outra (HARVEY, 2011).

As sete “esferas de atividades”, segundo Harvey (2011), são conhecidas como (1) tecnologias e formas de organização; (2) relações sociais; (3) arranjos institucionais e administrativos; (4) processos de produção e de trabalho; (5) relações com a natureza; (6) reprodução da vida cotidiana e da espécie e; (7) concepções mentais do mundo.

É preciso compreender que o “o capital não pode circular ou acumular-se sem tocar em cada uma e em todas essas esferas de atividade de alguma forma”, ou seja, as sete esferas coevoluem na dinâmica do capitalismo de forma distinta e quando se encontra algum obstáculo, em uma esfera ou entre elas, é impositivo que se ache um caminho para superá-lo caso contrário, uma crise é instaurada (HARVEY, 2011, p. 105). As esferas estão interligadas e ao mesmo tempo cada uma possui uma lógica própria no processo evolutivo humano. Suas relações não são causais e sim dialeticamente interligadas pela circulação e acumulação do capital. Caso o desenvolvimento seja desigual, entre as esferas e/ou no seu conjunto, são produzidas contingências, tensões e contradições (HARVEY, 2011.). O autor é taxativo quanto à compreensão sobre a impossibilidade de uma esfera ser pensada e funcionar em detrimento à outra.

É possível definirmos as características e condições gerais de uma determinada sociedade a partir de como as sete esferas de atividades se organizam e configuram umas com as outras. O capital, bem como seus agentes, tem um papel ativo e fundamental na alteração das diversificadas configurações geográficas ao longo da história, adequando-se conforme às necessidades de reprodução da força de trabalho e produção de excedente de capital para que o próprio sistema consuma e se reproduza. Para tanto, a reprodução de novos espaços e relações sociais são constantes, ou seja, a produção do espaço está a serviço do capitalismo.

A conexão simbiótica entre acumulação/circulação de capital com a produção das cidades ocorrerá, se-

gundo Harvey (2011), na relação conflitante entre acumulação de capital e crescimento populacional. Para o autor ambos podem ser entendidos como consequência do outro, isto é, a população cresceu para que houvesse mercado consumidor e/ou acumulou-se, de forma intensa nas últimas décadas, para atender a demanda crescente da população. O fato é que essas pessoas necessitam atender suas necessidades básicas como sustento, moradia e reprodução, dessa forma, criam e transformam os lugares onde habitam.

A construção de espaços, bem como a criação de uma morada segura chamada casa e lar, tem um impacto tanto na terra quanto na acumulação do capital, e a produção de tais lugares se torna um grande veículo para a produção e absorção do excedente. A produção do “urbano”, onde a maioria da população mundial em crescimento agora vive, tornou-se ao longo do tempo mais estreitamente ligada à acumulação do capital, até o ponto em que é difícil distinguir uma da outra (HARVEY, 2011, p. 122).

Mas, poderemos nos perguntar: e o Estado, como fica diante desse quadro? O Estado, na impossibilidade de o capital criar aceitabilidade às suas regras, tornou-se o legitimador de todo o processo de acumulação e circulação do capital, criando e impondo o arcabouço normativo, institucional e simbólico para que a normalidade transcorra. Bourdieu (2014) vai pontuar que o Estado é quem estrutura a própria ordem social, bem como o uso dos tempos, nosso pensamento, o orçamento-tempo, enfim, toda nossa vida, tendo uma proximidade conceitual com o que Harvey (2011) irá apontar quanto à esfera de atividade arranjos institucionais e administrativos.

Nesse contexto complexo e contraditório da sociedade, com imposições diversas do capital à vida humana, que a cidade, espaço primordial da reprodução da humanidade, será elaborada. Vainer (2013) irá qualificar as cidades situadas no capitalismo como verdadeiras empresas onde, na concorrência de umas com as outras no mercado financeiro global, irão disponibilizar cada vez mais seus recursos públicos - subsídios, terras, isenções - buscando atrair o investimento do capital.

Nossa proposta de análise das cidades brasileiras vai dialogar com as formulações, acerca da relação do Estado-capital, de Vainer (2013), Harvey (2011) e Bourdieu (2014) apresentadas. Dirá Kowarick (1979, p. 21-22), que nossa sociedade civil, não conseguindo criar “[...] formas de autodefesa no que diz respeito à preservação e conquista de bens e serviços urbanos de caráter básico [...]”, cristaliza uma visão de sociedade amorfa. O autor nos mostrará que esse olhar tem sido um ingrediente ideológico utilizado para apoiar o controle que o Estado exerce sobre as iniciativas políticas das camadas populares. É o Estado funcionando mais uma vez como instrumento do capital e que, segundo a análise teórica de Harvey (2011), podem ser identificadas as esferas de atividades relações sociais e a concepções mentais do mundo.

Fernandes (1987), quanto o contexto brasileiro, analisa que a servidão do Estado à elite de sua sociedade é mais contundente. O aparato estatal brasileiro não será apenas o garantidor de regras e simbolismo para o desenvolvimento do capital, mas também vai estar submisso na busca de consolidar privilégios. O autor (1987, p. 240) afirma que, ao contrário de outras burguesias que construíram suas instituições de poder pensando a máquina pública apenas para arranjos mais complexos – a teoria analítica de Harvey aparece como esfera de atividade arranjos institucionais e administrativos – a burguesia brasileira “converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação socioeconômica”. O autor vai além, dirá que a burguesia brasileira, incluindo as oligarquias, se “ajustara à situação segundo uma linha de múltiplos interesses e adaptações ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora” (FERNANDES, 1987, p. 241). Desta maneira, explicando o porquê da transição pacífica do regime autoritário (1964) para o democrático (1985), onde, podemos identificar mais uma esfera de atividade, a das relações sociais dialogando diretamente com a de concepções mentais do mundo. O que se mostra, nesse ponto específico, é que a burguesia brasileira estava utilizando desse caminho para transferir a estrutura dos arranjos institucionais e administrativos que mantiveram seus negócios e privilégios para a nova configuração do Estado, o que para Villaça quanto para Kowarick, será preponderante para a perpetuação da realidade de segregação e espoliação das cidades brasileiras.

O resultado desse processo histórico brasileiro será um Estado frágil e distante acerca das demandas sociais, e que vai refletir quanto às funções estatais nas questões urbanas. As cidades transfiguram uma disputa entre os que querem melhores condições e aqueles que as vêem como grande negócio, especialmente “para os capitais que embolsam, com sua produção, exploração, lucros, juros e renda” (MARICATO, 2013, p. 20). Rol-

nik (2013) analisa que a reforma urbana no Brasil, bem como o debate em torno das problemáticas urbanas, foram abandonadas em um momento ainda de fragilidade da instalação de alguns avanços em políticas públicas urbanas nos contextos municipais nos anos de 1980 e 1990. E, segundo a autora, os governantes optaram por esse caminho, pois:

[...] se deu em prol de uma coalizão pelo crescimento que articulou estratégias keynesianas de geração de emprego e aumentos salariais a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal, voltado a única e exclusivamente para facilitar a ação do mercado e abrir frentes de expansão do capital financeirizado [...] (ROLNIK, 2013, p. 09).

Em suma, o capital será o construtor das bases de nossa sociedade e de suas relações sociais e institucionais, viabilizando a acumulação e circulação de capital, levando a reboque o que for necessário. E as cidades, como o ambiente produzido pelas e para as pessoas, seguirá a mesma lógica mercadológica, que transforma as demandas e necessidades básicas em produtos a serem comercializados colocando o Estado, bem como seus aparelhos, a seu serviço.

As coisas simples precisam constantemente ser ditas: é o capital – e não a sua força de trabalho – que deteriora a vida metropolitana. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. Para os trabalhadores a cidade é o mundo onde devem procurar desenvolver suas potencialidades coletivas. Entre os dois existe um mundo de diferenças. E um mundo de antagonismo (KOWARICK, 1979, p. 53).

Para compreendermos e conseguirmos criar um método de leitura das cidades no Brasil, vamos partir desse aprofundamento da teoria analítica de Harvey (2011) sobre a dinâmica e desenvolvimento do capitalismo, estabelecendo os paralelos nas teorias de Villaça e Kowarick, sobre segregação e espoliação urbana. As duas próximas sessões, a terceira e quarta, terão o papel de expor a ideia de Villaça de segregação urbana e a de Kowarick sobre espoliação urbana, construindo diálogos entre si e com as concepções de Harvey (2011).

A SEGREGAÇÃO URBANA DE FLÁVIO VILLAÇA

A compreensão do espaço social – ou neste caso, o espaço urbano – como socialmente produzido, ou seja, não sendo algo natural e sim produto pelo trabalho humano, segundo Villaça, é “provavelmente o maior avanço ocorrido no campo da ciência da geografia em todos os tempos” (VILLAÇA, 2011, p. 37). Por isso, as cidades, precisam ser compreendidas como um patrimônio construído sócio e historicamente, ao passo que sua “apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização”, taxando preços de acordo com seus tributos (MARICATO, 2013, p. 20). A herança histórica que as cidades brasileiras vão carregar será descrita por Maricato (2013) como:

[...] uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são as características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor” (MARICATO, 2013, p. 20).

Para Villaça, “nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado/compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade” (VILLAÇA, 2011, p. 20). O que o autor está querendo nos dizer é que a desigualdade está ligada na essência de qualquer fenômeno que podemos observar na sociedade brasileira, pois ela é tão intrínseca na história do nosso povo e na estruturação de nosso Estado e instituições que, necessariamente, precisa estar no centro da investigação, bem como da explicação.

A partir desse princípio – a segregação como a mais importante manifestação da desigualdade imperante em nossa sociedade - que Villaça (2011, p. 20) vai desdobrar sua reflexão afirmando que “a segregação urbana só pode ser satisfatoriamente entendida se for articulada explicitamente (e não apenas implicitamente ou subentendida) com a desigualdade”, bem como com a dominação social. Quando Villaça trata sobre a relação da produção de desigualdade com a dominação social podemos traçar um paralelo com a teoria analítica de Harvey (2011) sobre o desenvolvimento e dinâmica do capitalismo na compreensão das sete esferas de

atividades. Podemos traduzir a dominação social com a necessidade do capital de construir regras – arranjos institucionais e administrativos – para garantir o desenrolar de seu processo produtivo, criar simbolismo para legitimar suas ações – concepções mentais do mundo -, recriar as relações sociais acerca do consumo – relações sociais – e mercantilizar - introduzindo mais uma esfera de atividade em nossa análise – a reprodução da vida cotidiana e da espécie, como foi identificado na seção anterior. Essa correlação também fortalece a tese de Villaça (2011) de que as reflexões e trabalhos que tratam da vida cotidiana devem ter na sua centralidade as desigualdades sociais e, dessa forma, romper com seu método tradicional.

Os estudos, seja no Brasil ou no mundo, acerca da segregação urbana, tradicionalmente abordam o centro *versus* periferia como principal método de investigação, e não produzem um diálogo entre segregação e estruturas urbanas com as questões que envolvem os aspectos econômicos, políticos e ideológicos, porque nesse modelo é impossível alçar essa formulação (VILLAÇA, 2011). São seis aspectos que, segundo Villaça (2011), irão delinear as reflexões sobre a intrínseca relação da desigualdade com a segregação urbana: 1) negação da forma clássica de segregação sob a forma de círculos concêntricos, tendo os mais ricos no centro e os mais pobres, na periferia; 2) Inserção da segregação em uma análise histórica; 3) Exposição da relação da segregação com as estruturas social e urbana; 4) Evidenciar a relação entre dominação e segregação; 5) Abordagem da segregação por região geral da cidade e não mais por bairro e; 6) Desenvolver a segregação e não só denunciar, descrever ou medir.

O avanço no modelo de análise da segregação, de residencial ou bairros para regiões, nas cidades é importante para a melhor compreensão do fenômeno. Análises feitas por meio da segregação residencial nos leva, primeiramente, a não compreender as forças que influem na segregação e, posteriormente, nos faz errar na leitura sobre a essência do local pesquisado. Para Villaça (2011, p. 41), a segregação por bairro perde seu poder explicativo, pois a grande quantidade de análises distintas acaba levando a análise para um lado abstrato e “conduz o estudo a bairros ideais ou tipologias de bairros”. O autor, no intuito de mostrar evidências que comprovam sua teoria, irá elaborar a Região de Grande Concentração das Camadas de Mais Alta Renda, uma região composta por diversos bairros “das mais distintas classes sociais”, que no caso de São Paulo é o Quadrante Sudoeste (VILLAÇA, 2011, p. 42).

Por meio de seu método – por região geral da cidade, sem tipologização dos bairros -, observando o Quadrante Sudoeste da capital paulista, Villaça (2011) vai formular sobre a segregação do espaço, por meio da relação da segregação residencial com a localização dos empregos e na proposição de Harvey (2011) podemos estabelecer um paralelo com a esfera de atividade denominada como processos de produção e de trabalho dialogando com as outras. No setor secundário – indústrias – a maioria dos postos é ocupada por trabalhadores e trabalhadoras das camadas mais pobres, porém no setor terciário – serviços – os postos são ocupados tanto por aqueles oriundos das camadas mais pobres, quanto das camadas mais ricas. A diferença é que as moradias dos mais ricos são mais próximas aos postos do trabalho, do que as dos mais pobres, além disso, os mais pobres têm seus postos de trabalho espalhados por toda a cidade e não há concentrações, como veremos com os dos mais ricos (VILLAÇA, 2011, p. 49 - 53). Outro exemplo de segregação, a partir do estudo sobre o Quadrante Sudoeste, é o clima que esta região vai demonstrar ser mais ameno em relação ao restante da cidade (VILLAÇA, 2011, p. 41 - 48), estabelecendo diálogo direto com a esfera de atividade que compreende relações com a natureza, ou seja, até no convívio com o ambiente natural – consequentemente mais sadio – a burguesia constrói seus privilégios. Por isso que a análise da segregação urbana por região é importante, ela possibilita identificar o surgimento de novas formas de segregação ao passo que se relaciona com a totalidade da estrutura urbana, em outras palavras, possibilita estabelecer relações entre as diversas esferas de atividade de Harvey expondo a complexa desigualdade produzida por elas.

Mas, será sobre a análise do controle sobre o deslocamento espacial que Villaça (2011) irá nos apresentar o cerne de sua formação sobre segregação urbana. Sendo o tempo uma variável importantíssima na dinâmica do capital – o capitalismo vai buscar sempre acelerar o consumo, por exemplo – impõem-se a necessidade controlá-lo. Na impossibilidade desse controle, a classe dominante, por meio do Estado e de aparelhos públicos e privados, tomou para si a produção e reprodução do espaço urbano dominando assim o deslocamento espacial, em consequência, dominando o tempo (VILLAÇA, 2011).

Ao comandar a produção do espaço urbano, a classe dominante comanda não só a sua produção material e direta, seu valor e seu preço (comandando o mercado imobiliário). Comanda também as ações do Estado

sobre esse espaço (legislação urbanística, localização dos aparelhos de Estado, produção do sistema de transportes etc.) e ainda a produção das idéias dominantes a respeito dele (VILLAÇA, 2011, p. 53).

E, a classe dominante, só conseguirá alcançar este objetivo, para além de alguns pontos já descritos, pelo desenvolvimento de tecnologias, principalmente, as de mobilidade e de comunicação que irão romper com a ideia que temos de tempo/espaço, utilizando-se de modelos de organização puramente privados ou criando outras formas organizativas de caráter híbrido – unificando o ambiente público e o privado. O Estado vai ceder à iniciativa privada responsabilidades diversas, como a de construir e gerenciar linhas de metrô em grandes capitais e a concessão para administrar e gerir as rodovias, porém sendo sempre o avaliador político e financeiro dessas empreitadas. O transporte ferroviário em grandes capitais, por exemplo, é o principal meio de locomoção dos trabalhadores e suas famílias, o que o torna um importante variável na perspectiva de controlar a mobilidade para gerenciar o tempo, corporações da construção civil vão assumir a responsabilidade de construção e outras empresas a de gerenciamento, mas tendo o aparato estatal como o fiador. O objetivo, dessas empreitadas privadas financiadas por recursos públicos financeiros e políticos, é dominar o tempo de descolamento ao passo que se cria mais demandas para o próprio Estado, esse último já no seu limite de atuação sem condições de assumir novas funções, em síntese, é nessa lógica que se cria mais excedente e, conseqüentemente, se acumula mais capital.

Para Villaça (2011, p. 53) otimizar os tempos gastos durante o processo de deslocamento dos moradores da cidade “[...] é o mais importante fator explicativo da organização do espaço urbano e do papel desse na dominação social que se processa por meio dele”. Se dialogarmos com o proposto na teoria analítica de Harvey (2011) a respeito da dinâmica das sete esferas de atividades atuando no desenvolvimento paradoxal do capitalismo, vamos identificar que este processo, descrito no parágrafo anterior, implementação de novas tecnologias organizativas para reconstruir e gerenciar o deslocamento espacial, conseqüentemente, do tempo encontram-se inseridos na compreensão das esferas de atividade denominadas como tecnologias e formas de organização e na relações com a natureza.

O controle do deslocamento espacial, da mesma maneira que sua segregação, vai se desdobrar não apenas no trajeto moradia/emprego, mas sim em todos os possíveis, como moradia/local de compra, moradia/lazer, moradia/serviços e etc. Tendo um agravante para as famílias que compõe as camadas mais segregadas, frequentemente essas terão mais que dois membros trabalhadores – pai e mãe –, em regra, os filhos mais jovens também trabalham, o que aumenta a segregação sofrida por toda a família– esfera da atividade processos de produção e trabalho.

Em Kowarick (1979, p. 30), dialogando com o proposto por Villaça (2011), vai ser demonstrado que a distribuição da população no espaço urbano espacial nesse no quadro de crescimento caótico “reflete a condição social dos habitantes da cidade, espelhando ao nível do espaço a segregação imperante no âmbito das relações econômicas” e que cortiços e favelas se tornaram as áreas de concentração da pobreza da cidade e de seus habitantes, não necessariamente instalados na periferia geográfica da cidade.

Podemos concluir que, preliminarmente, a propositura de Villaça supera a análise clássica de segregação por bairros com a ideia de centro *versus* periferia, substituindo-a pela noção de regiões da cidade para conseguirmos sistematizar e analisar a essência e plenitude da segregação urbana no Brasil. Dessarte, conseguiremos compreender sua relação com toda estrutura urbana e identificaremos o surgimento de outras segregações como, por exemplo, a segregação dos locais de trabalho e, sem jamais deixar de explicitar a relação da segregação urbana com a desigualdade e dominação social. Sua teoria vai dialogar diretamente com a proposta analítica de Harvey (2011) acerca das sete esferas de atividades que traduzem a dinâmica do capitalismo e produzem conflitos e segregações. Entretanto, para Villaça (2011), será o controle do tempo de deslocamento espacial o agente principal e mais poderoso a atuar sobre a produção do espaço urbano. A elaboração do conceito de segregação urbana ligada explicitamente com a desigualdade e dominação proposta por Villaça (2011), é um fator preponderante para iniciarmos a reflexão acerca da ideia de espoliação urbana de Lúcio Kowarick, pois este último também destacará na elaboração de sua teoria a preponderância de como se ocupam e constroem os espaços de moradia, trabalho e convivência dos trabalhadores e suas famílias.

A ESPOLIAÇÃO URBANA DE LÚCIO KOWARICK

A análise por região geral da cidade, proposta por Villaça, nos possibilitou enxergar a segregação urbana na relação com toda a estrutura urbana e o surgimento de outras formas de segregação, que numa abordagem que

se utilizasse de uma metodologia de identificação do fenômeno por bairro de uma cidade, suprimiria diversos aspectos da realidade social que dialogam como demonstramos com a teoria analítica de Harvey (2011) sobre o desenvolvimento paradoxal do capitalismo por meio das sete esferas de atividades. Também avançamos na compreensão do capital como produtor da essência desse modelo de urbanização e o Estado sendo o fio condutor para a elaboração das cidades como as conhecemos.

Kowarick (1979; 2000) elabora sua teoria refletindo todo o processo que abarca desgastes físicos, financeiros, psicológicos e de toda a ordem possível aos trabalhadores e suas famílias, que vivem e convivem na realidade segregadora das cidades, sendo que, esses desgastes são necessários para atender a realidade mercadológica do ambiente urbano. O autor vai chamar esse fenômeno de espoliação urbana.

A espoliação urbana é um fenômeno que nasce a partir de uma realidade de superexploração e segregação dos trabalhadores e suas famílias (KOWARICK, 1979). A superexploração, tratada por Kowarick, equivale às inúmeras desigualdades retratadas no ambiente urbano, apontadas por Villaça (2011).

No âmbito do trabalho e das relações de emprego, por exemplo, Kowarick (1979) vai afirmar que será característico de países de capitalismo tardio, como o Brasil, a reserva de um grande contingente de trabalhadores para potencializar a acumulação de capital e dilapidar parte da mão-de-obra implicadas no processo produtivo, similar propositura com a que Harvey (2011) defende quanto a relação simbiótica do desenvolvimento do capitalismo com a produção das cidades, tendo como essência o crescimento populacional. Neste caso, específico, podemos também observar que as esferas de atividade do processo de produção e do trabalho unida à de reprodução da vida cotidiana e da espécie, mais uma vez é refletida nos autores brasileiros aqui estudados – Villaça e Kowarick – como forma de se criar excedentes de capital, ou seja, a necessidade do trabalho é uma questão básica de subsistência humana no capitalismo e acaba se transformando em meio para se acumular capital, já que quem ganha com uma imensa reserva de mão-de-obra são os donos dos meios de produção, enquanto os trabalhadores sofrem com profundas precariedades de direitos.

Para Kowarick (1979), essa reserva de mão-de-obra por si só não explica o crescimento do capitalismo – superexploração – ou a espoliação urbana. Outro argumento que deve ser somado na sua análise é questão da organização, ou não, dos trabalhadores em aparelhos institucionais, que servem para luta em defesa de direitos e promoção dos que ainda não existem e a prestação de serviços junto ao Estado e como, o próprio Estado se comporta. Por isso, precisamos aprofundar como se constrói a teoria de Kowarick, tendo como base a superexploração sofrida pelos trabalhadores e suas famílias e a espoliação urbana que ocorrerá em todo o cotidiano da vida.

Primeiro Kowarick (1979, p. 59) se refere às condições de trabalho, ou “mais precisamente às condições de pauperização absoluta ou relativa à que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora”. O Brasil, nação de capitalismo tardio, diferente dos países latino-americanos onde foram criados enclaves exportadores, é um local onde o capital internacionalizado estabeleceu base industrial muito mais complexa e diversificada, voltada para a produção de produtos duráveis para consumo interno (KOWARICK, 1979). Essa característica singular da intervenção do capital multinacional em território brasileiro, descrita por Kowarick, é central na busca de compreensão da realidade das cidades brasileiras, pois o Estado já é instrumento de legitimação da ação do capital e da manutenção de privilégios locais a partir dessa realidade se soma à suas funções a necessidade de garantir os negócios dessas organizações estrangeiras. Por isso, para Kowarick (1979; 2000) o Estado, a serviço da classe dominante, cumprirá, no Brasil, um papel gritante de criar regras e simbolismo para estabelecer a ordem necessária para que o capital se reproduza sem maiores contestações. Aqui, identificamos mais uma vez as esferas de atividades que falam sobre o desenvolvimento do capital buscando arranjos institucionais e administrativos, relações sociais, processos de produção e de trabalho e, principalmente, a elaboração de concepções mentais do mundo que possibilitam uma relação harmoniosa dos superexplorados com o Estado e exploradores e a recepção amistosa dessas organizações privadas multinacionais.

O segundo processo base da teoria de Kowarick (1979; 2000), oriundo desse primeiro, é o qual os trabalhadores e suas famílias, já superexplorados no campo do trabalho e do emprego, são de maneiras diversas espoliados no cotidiano de sua subsistência por aqueles que dominam os meios de produção e o Estado para defesa de seus interesses e privilégios. Em outras palavras, as cidades brasileiras vão produzir a espoliação urbana, defina como:

[...] o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de con-

sumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho (KOWARICK, 1979, p. 59).

O protagonismo do Estado brasileiro, identificado em Villaça (2011), se repete em Kowarick (1979; 2000) na preponderância de ambos os processos citados – superexploração do trabalho e espoliação urbana –, bases de sua teoria. Em um primeiro momento, como o “suporte de infraestrutura necessário à expansão industrial, financiando a curto ou em longo prazo as empresas e por agir diretamente enquanto investidor econômico” (KOWARICK, 1979, p. 59) e, no segundo momento, como instrumento de manutenção da ordem, que é uma necessidade da acumulação de capital.

Haverá, principalmente pós-redemocratização, um novo momento da relação do Estado com a classe dominante brasileira, nada que mude a essência proposta por Fernandes (1979). Por exemplo, sob a ótica da produção e fiscalização de moradias, Kowarick (1979) vai identificar que, ao longo das décadas, o Estado passa a assumir funções antes negligenciadas à iniciativa privada, ou seja, o que antes estava sob ação do privado torna-se obrigatoriedade do Estado. Porém, nisso se criam novas relações com o setor privado e, assim, como identificado anteriormente na construção de aparelhos de mobilidade urbana para controle do tempo em Villaça (2011), aqui estamos nos referindo da mesma relação para a produção de moradias populares com contratação de empresas privadas. O que significa que não serão as demandas sociais norteadoras da ação estatal, em específico, e sim a necessidade do capitalismo mais uma vez em criar formas de acumulação e circulação do capital. O ambiente habitacional produzido pelo Estado será intrínseco à segregação e espoliação urbana em nossas cidades, como mostra o autor:

[...] os investimentos públicos [...] constituindo-se num elemento poderoso que irá condicionar onde e de que forma as diversas classes sociais poderão se localizar no âmbito de uma configuração espacial que assume, em todas as metrópoles brasileiras, características nitidamente segregadoras (KOWARICK, 1979, p. 57).

Outro ponto que se soma a esta questão habitacional, é quando Kowarick, ao analisar a metrópole de São Paulo, identifica na produção de moradias uma forma de reflexão sobre a segregação e espoliação urbanas que vivem a grande massa de trabalhadores e suas famílias, bem como a exploração que lhes é imposta nas relações do emprego e de trabalho. A autoconstrução será, segundo o autor, a “solução mais importante do ponto de vista quantitativo na cidade de São Paulo”, sendo uma “magnífica fórmula que o capitalismo dependente deflagrou para rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho, compatibilizando uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”² (KOWARICK, 1979, p. 61). Esse modelo de moradia é realizado diretamente pelos trabalhadores/moradores, de maneira adicional e gratuito, levando muitos anos para a conclusão e resultando, durante esse tempo, na redução de outros elementos que compõem o consumo dessas famílias e numa condição menor dos níveis mínimos de subsistência (KOWARICK, 1979).

[...] a autoconstrução enquanto uma alquimia que serve para reproduzir a força de trabalho a baixos custos para o capital, constitui-se num elemento que acirra ainda mais a dilapidação daqueles que só têm energia física para oferecer a um sistema econômico que de per si já apresenta características selvagens. [...] além de ser desprovida de infraestrutura básica e de se situar em áreas distantes dos locais de emprego, apresenta padrões bastante baixos de habitabilidade (KOWARICK, 1979, p. 62).

A questão da moradia, para Kowarick, é central na formulação de todas as facetas da espoliação urbana. Para além dos processos socioculturais e políticos colocados até o momento a moradia, em particular a casa própria – excluem-se as moradias de aluguel –, será nas “metrópoles do subdesenvolvimento industrializado fator primordial no processo de inclusão-exclusão na vida dos trabalhadores” (KOWARICK, 2000, p. 82-83). A moradia, como ambiente de “sociabilidade privada”, é palco de ajuda mútua, brigas, rivalidades, preferências e, do que o autor vai chamar, de “estratégias privadas” das famílias, que em suma, significa primordial-

²O autor fará duas ressalvas acerca da compreensão das autoconstruções, a primeira é que importante saber que muitas autoconstruções de moradias serão apoiadas por movimentos e organizações sociais e que vão configurar melhores, qualitativamente, lugares para habitação; o outro, que mesmo não abrindo mão da espoliação urbana intrínseca nesse modelo, será ele ainda o que levará os trabalhadores e suas famílias a terem suas casas próprias de forma mais barata.

mente abrigo contra as tempestades do sistema econômico, indo até as decisões de “quem sai para trabalhar, quem fica para cuidar das crianças, quem vem morar, quem está proibido de entrar na casa” (KOWARICK, 2000, p.82-85), podemos traduzir essa reflexão na teoria de Harvey sobre a esfera de atividade da reprodução da vida cotidiana e da espécie se relacionando com as outras.

O que Kowarick está nos propondo é ampliar a compreensão de exclusão social e econômica, que não mais será apenas de materialidade objetiva – advinda do processo de exploração da força de trabalho e de seus desgastes –, mas também ao acesso aos bens de consumo coletivo e, no caso da casa própria, de consumo privado. A casa própria, para além de ser o bastião de enfrentando das mazelas do sistema econômico, vai se tornar³, na sociedade capitalista, o principal símbolo de sucesso de vida das pessoas e suas famílias na construção de suas histórias, pois serão necessárias concepções de mundo individualizantes, como esta, para manter a estrutura simbólica que legitima o sistema.

O alcance da casa própria, da propriedade, por parte de poucos trabalhadores e suas famílias, vai constituir a ideia de cidadão privado, que para Kowarick (2000, p. 94) é “aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua própria casa”, onde se identifica novamente a esfera de atividade de concepções mentais do mundo de Harvey (2011). O autor alerta pelo contrassenso proposital embutido no termo cidadão privado, pois a ideia de cidadania convoca conquistas coletivas, enquanto o privado é sinônimo de particular, restrito.

A falaciosa a ligação instintiva entre local de moradia e suporte a determinadas concepções sociais ou políticas – por exemplo, as áreas centrais de São Paulo são díspares quanto aos padrões de renda e de espoliação urbana, lembrando o conceito de análise por região geral da cidade de Villaça – difere-se da questão ambiental das moradias, ou seja, as moradias de habitações coletivas configuram uma marcante discriminação da própria existência (KOWARICK, 2000). Kowarick (2000) vai afirmar que a casa própria, de moradia particular, construída com esforço e dedicação por longos anos, vem para se contrapor como refúgio num cenário de subdesenvolvimento industrializado, cuja principal característica acerca do espaço público é eminentemente de exclusão e violência. Banalização da violência cotidiana, a desigualdade perante a lei, apropriação privada da coisa pública que arruína as bases da República, desmoralização das regras e valores inerentes às instituições democráticas, vão retratar o espaço público violento e excludente, em uma sociedade caracterizada pelo autoritarismo, oligarquia e clientelismo, baseada no favoritismo, arbítrio e na violência tornando todos em subcidadãos públicos.

Em síntese, para Kowarick a espoliação urbana reproduzida no cotidiano da vida dos trabalhadores e suas famílias, já explorados nas relações de emprego e trabalho, é uma ferramenta do sistema econômico, na medida em que cria processos de acumulação de capital nos mais simples atos e necessidades de subsistência humana, como moradia e transporte. Deixando o espaço público ser tomado pela exclusão e violência, ao passo que, a casa própria, alçada com tanto sacrifício por poucos trabalhadores, torna-se, ambigualmente, símbolo de mais exclusão social e de sucesso, o que aprofunda a espoliação urbana.

CONCLUSÃO

O capitalismo, na produção de excedente na busca pela potencialização da acumulação e circulação de capital, movimenta-se de maneira contraditória, ou seja, se desenvolvendo, mas criando obstáculos para tanto. Para compreendermos a ampla dinâmica do capitalismo é preciso trazer uma ferramenta analítica que nos faça enxergar esses vários ambientes de atividades da sociedade que coexistem e coevoluem, em outras palavras, ao passo que se ajudam entram em conflito. Conflitos esses, gerados pelas crises do sistema econômico, social e político estabelecido, que afeta diretamente o desenvolvimento da própria sociedade que possibilita a sua reprodução.

O Brasil inserido no bloco das nações de capitalismo tardio e/ou de subdesenvolvimento industrial detém suas singularidades como, por exemplo, uma elite dominante simbiótica ao Estado, transformando os aparelhos públicos em instrumentos especializados na conquista e defesa de seus privilégios.

Serão essas influências que vão elaborar e gerir o processo de produção do espaço urbano. Construindo o cenário onde nossas cidades e seus habitantes serão marcados profundamente pela exploração – já oriunda

³Será por meio de discursos e significados simbólicos ao longo de mais de 50 anos, construídos e reproduzidos por governos, iniciativa privada e pelos próprios cidadãos contra a moradia de aluguel defendendo a casa própria a partir do imaginário da disciplina, da propriedade, da privacidade, do Lar e do sucesso, enquanto cortiços e favelas representam exclusão, miséria, desorganização e fracasso.

das relações de trabalho – se somando às segregações, das mais diversas possíveis, em destaque a segregação urbana e ao contínuo e perene processo de dilapidação dos trabalhadores e suas famílias nas suas necessidades mais básicas de subsistência, a espoliação urbana.

Por isso que os conceitos de Villaça (2011) – segregação urbana - e de Kowarick (1979) – espoliação urbana - são importantes para a análise e compreensão da essência das cidades brasileiras, tendo como pano de fundo a teoria analítica de Harvey (2011) a sobre a dinâmica do capitalismo. Como foi proposto por Villaça, é impossível compreendermos a questão urbana, seja a espoliação ou a segregação, se não dialogarmos direta e explicitamente com o processo de desigualdade e dominação, criados pela necessidade de acumulação de capital do sistema econômico e mantido por um Estado submisso aos privilégios de uma classe dominante. As cidades são o principal produto da humanidade, tendo o conceito de produto no infeliz sentido mercadológico.

Por fim, nossa proposta de leitura das cidades brasileiras a partir dos conceitos criados por Harvey (2011), sobre o desenvolvimento contraditório do capitalismo identificado pela atividade de sete esferas, junto às teorias de Villaça (2011) que identifica a segregação urbana umbilicalmente ligada à desigualdade e dominação e a de Kowarick (1979) quanto à espoliação urbana sofrida cotidianamente pelos trabalhadores e suas famílias como instrumento necessário para acumulação de capital, se mostra exitosa. É um caminho analítico que busca abarcar a complexidade da produção do espaço urbano brasileiro, nos dias atuais, onde as cidades e a vida de seus habitantes se tornam instrumento de reprodução do capitalismo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARVEY, D. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público**. São Paulo em Perspectiva, 5(2): 2-8, abril/junho 1991.

_____. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Ed.34, 2000.

MARICATO, E. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

_____. **É a questão urbana, estúpido**. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

RIZEK, C. S. **Cidades Globalizadas e a Crise das Utopias Urbanas**. Boletim Oculum, Campinas, v. 15, 1998.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1989.

_____. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: MARICATO, Ermínia.

Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

SILVIA, S. M.; FERNANDEZ, J. I. V. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. Resenha. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa/PB, v.6, n.2, p. 273-286. 2013.

VAINER, C. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

VILLAÇA, F. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, ano 11, nº 44. Julho/setembro, 2003.

_____. **Brecht e o Plano Diretor**. 2005. Disponível em: http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/brecht_pd.pdf. Acesso em: 14 de dezembro de 2016.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 25, nº 71. 2011.